

# "Há 4.600 mandados de prisão em aberto"

Segundo Juiz Corregedor Francisco Alves Júnior, embora a Polícia Civil tenha sido eficiente, existe mais de 4.500 foragidos da Justiça em SE

A falta de efetivo para fazer as escoltas dos presos provisórios pode ser uma das principais causas para o aumento no número de adiamento de audiências. De acordo com dados da Corregedoria Geral da Justiça, desde o começo do ano cerca de 100 audiências são adiadas mensalmente. Diante dessa situação a Corregedoria criou um grupo de trabalho na última segunda-feira, 23, para avaliar as causas e buscar soluções para o problema.

"É um número preocupante, eu estou na Corregedoria desde fevereiro e tenho acompanhado essa situação e visto que o número de audiências adiadas tem aumentado. Há informações, fruto de conversas do mutirão carcerário, de que esse número preocupante de audiências, que estão sendo suspensas, vem ocorrendo por deficiência do Poder Executivo. Uma das possíveis causas, pelo menos é o que se é comentado pelo Departamento de Sistema Penitenciário (DESIPE), é que o batalhão de escolta estaria sendo reduzido pela Polícia Militar, provavelmente fruto de alguma demanda dos policiais em outros serviços. E se isso for verdade temos que vê com o Comando da PM de que maneira podia minimizar a perda ou otimizar o efetivo que lá se encontra", revela Dr. Francisco Alves Júnior, Juiz Corregedor.

Foi pensando em otimizar o fluxo de processos e reduzir o tempo de espera por um julgamento, que a Corregedoria Geral da Justiça resolveu instituir, através da Portaria de nº 829 de 23 de setembro de 2013, um grupo de trabalho composto por juizes, representantes do executivo, que serão integrantes do Comando da Polícia Militar e da Secretaria de Estado da Justiça (SEJUC), através do Desipe e representantes do Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil.

"Que muitas audiências são canceladas, isso é fato, as causas estamos investigando. Cabe ao Judiciário, com a máxima prioridade, requisitar os réus para que eles tenham uma sentença, condenação ou absolvição, de forma rápida. A lei determina que tenha uma requisição, ou seja, é uma ordem para que o réu seja apresentado naquela data,

local e horário. cabe ao Executivo cumprir essa ordem. A formação do grupo é para descobrir as causas e tentar resolvê-las", explica Dr. Francisco.

## • Demanda

Ainda segundo o juiz corregedor, é preciso solucionar esse problema das audiências, porque há uma demanda reprimida enorme de pessoas aguardando julgamento. "No complexo penitenciário de São Cristóvão a informação que eu tenho é que entra 200 presos por mês, são 50 toda semana, só em São Cristóvão, e esse é um dado que deve ter aumentando. A Polícia Civil tem sido eficiente no cumprimento de mandados de prisão, mesmo assim há mais 4.600 mandados de prisão em aberto em Sergipe", revela Dr. Francisco.

Um das medidas tomadas pelo Judiciário é aplicação de penas alternativas, mas segundo o magistrado, o Executivo não funciona efetivamente na fiscalização dessas penas. "O Judiciário tem aplicado penas alternativas sim, tem inclusive deixado de aplicar mais porque não tem confiança nos mecanismos que o Poder Executivo tem de fiscalização dessas penas alternativas, então o juiz pergunta, posso ou não posso dá essa pena alternativa? Vai ser efetiva ou não? Só agora o Executivo anunciou que está investindo em monitoramento de tecnologia eletrônica. Isso é excelente, era tudo que o Judiciário queria ouvir, porque é melhor colocar um preso menos perigoso em prisão domiciliar sob monitoramento eletrônico, do que colocar na prisão, só que é preciso que funcione", ressalta.

O juiz corregedor espera alcançar o objetivo do grupo de trabalho, que é o de diminuir o tempo de espera por uma sentença. "Temos esperança que esse trabalho se fortifique. Ao Judiciário não interessa colocar culpa em alguém, nosso interesse é que o serviço seja bem prestado e que o contribuinte pague por um serviço eficiente, um serviço de escolta de preso, um serviço de realização de audiências, um serviço de construção de estradas, qualquer coisa tem que ser eficientemente desempenhada", assegura o magistrado.

## • Desipe

De acordo com informações do Diretor do Desipe, Manoel Lúcio, está havendo uma concentração de audiência as quartas e quintas-feiras, e devido a essa concentração, a Polícia Militar não tem conseguido atender a demanda. "É bom deixar claro que o efetivo para escoltas é da PM e não do Desipe. Escolta de presos provisórios é feita pela PM; os agentes penitenciário fazem a escolta dos presos condenados sentenciados em regime fechado ou semi-aberto. Excepcionalmente pode acontecer do meu grupo de operações penitenciárias fazer a escolta de presos provisórios. Mas a responsabilidade hoje é da Polícia Militar de Sergipe, que vem nos atendendo de forma grandiosa", enfatiza o diretor.

Manoel Lúcio explica que as audiências são requisitadas eletronicamente e não há uma interligação entre os juizes, por isso que está havendo uma sobrecarga de audiências em dias específicos da semana. "Cada juiz requisita sua audiência e vai para o grupo de escolta policial, que é comandado por um capitão da PM que trabalha aqui no Desipe. Um juiz está requisitando agora 10 audiências, e outro juiz, de outra localidade, está requisitando 30, não há uma ligação entre eles e o que está acontecendo é uma concentração de audiências dia de quarta e quinta-feira. Vamos formar essa comissão para tentar solucionar isso", reforça.

## • Sindipen

Contrário ao que foi dito pelo diretor do Desipe, o Sindicato dos Agentes Penitenciários de Sergipe (Sindipen) afirma que as escoltas dos aprisionados, seja provisório ou sentenciado, é atribuição dos agentes penitenciários, assim como garante que a responsabilidade de tudo dentro do contexto de execução penal é deles, porém não pode ser cumprida a pleno devido à falta de efetivo e planejamento do Estado.

"Dentro do contexto legal as escoltas de presos é uma atribuição do agente penitenciário, porque consta no edital do concurso. Como consta também na legislação que cuidar dos presídios é atribuição dos agentes penitenciários. Obrigatoriedade de fazer

as escoltas, cuidar das guaritas e cuidar dos perímetros dos presídios, é do agente penitenciário, é do Desipe e é da Secretaria de Estado da Justiça (Sejuc). Só que a secretaria não se preparou para

assumir essa função”, rebate Iran Alves. O presidente conta que existe um Grupo de Escolta Penitenciária (Gepen) formado por agentes penitenciários destinados a realizar essa atividade. “O agente penitenciário hoje é quem faz a escolta, apesar de negarem. Temos o pessoal do Gepen, que tem a função só de fazer escoltas de presos. O diretor nega esse grupo, mas ainda temos outro grupo mais especializado, que é o Grupo de Operações Penitenciárias (Gope), que é o grupo que atua nas ações mais delicadas, como rebeliões e motins, mas que está sendo utilizado para fazer escolta por conta da necessidade. Na semana passada, os últimos policiais militares que estavam nos presídios saíram, os presídios estão sem nenhum policial militar. O gestor se nega a fazer concurso público, e aí vem a pergunta: quem está fazendo a segurança pública dos presídios? De uma maneira plenamente eficiente ou não, quem faz somos nós agentes penitenciários”, enfatiza Iran.

#### • Ações

O Sindipen informa que existem três ações tramitando sobre a questão da realização de concurso público e a terceirização. “O Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (TRT) tem uma decisão onde o Estado está sendo obrigado a pagar R\$ 100 mil de diária por não realizar concurso público e mais R\$ 100 mil de multa por dia por cada novo servidor terceirizado contratado. Isso está em andamento, o Estado recorreu e perdeu, e efetivamente

o Estado está sendo onerado com isso. Das outras duas ações, uma é em parceria com o Ministério Público Estadual pedindo a realização de concurso público para que possamos cumprir nossas atribuições. E a outra é no Tribunal de Justiça de Sergipe, pedindo o fim da terceirização e pela realização de concurso público também, com o mesmo intuito”, conta o presidente.

Sobre a criação de um grupo de trabalho para apurar as causas da grande quantidade de adiamento de audiências podendo estar relacionada às escoltas de presos, o sindicato reclama por ter ficado de fora desse debate. “Esses três processos em andamento tratando das questões da necessidade de concurso público demonstram que o poder público já concorda com o sindicato, tanto é que o Estado está sendo punido por não tomar as providências, mas mesmo assim, ficamos de fora do grupo de trabalho. Por quê? Porque nós podemos num discurso aberto mostrar o que é que está causando esses problemas no sistema prisional. O problema é de gestão, de quem está à frente da Sejuc, que não tomou as precauções necessárias para a saída da PM, que fazia esse papel não por ser obrigação, mas por um compromisso com a segurança pública. O que nós exigimos é participar desse grupo de discussões para levar ao conhecimento das autoridades o que de fato acontece e buscar uma solução efetiva. E a solução efetiva é simplesmente concurso público, porque falta efetivo para cumprir as atribuições”, reforça Iran.

“

Que muitas audiências são canceladas, isso já é fato”

**Francisco Alves |**

Juiz Corregedor

#### • PM

A Polícia Militar de Sergipe confirmou a informação do Sindipen, assegurando que sua função não é fazer escolta de presos e sim fazer o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, mas que disponibiliza efetivo policial para escoltar presos que aguardam julgamento, porque o Desipe não dispõe de efetivo necessário. “Escoltar presos é atribuição do Desipe, mas como falta estrutura no Desipe e não há agentes penitenciários suficientes para escoltar todos os aprisionados, nós disponibilizamos policiais militares para fazer a escolta de presos que estão aguardando julgamento, escolta essa que é feita juntamente com o departamento. Existe um grupo na polícia mobilizado para auxiliar nessa escolta no intuito de operacionalizar o serviço do Desipe. Nós, como dispomos de estrutura, acabamos dando apoio a serviços relacionados à segurança, mas não é nossa obrigação”, esclarece Tenente Coronel Paiva.